

ANAIS

I SALÃO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA (SIC) DO
CURSO DE DIREITO

13 de abril de 2023

ÍNDICE GERAL

Sobre o Evento	4
Programação Geral	6
Apresentação	8
Resumos	9
Aspectos Exploratórios do Teletrabalho e Home Office Sob a Perspectiva do Direito do Trabalho: ampliação do meio ambiente do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador Ana Beatriz Lourenço Silvestre	
A Utilização de Inteligência Artificial Generativa Sob a Luz dos Direitos Autorais Ana Clara Reolon Maarouf	10
Judicialização da Saúde Suplementar: A Discricionariedade Judicial no Âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Poder Normativo da ANS Bianca Marchi	11
Uniões Poliafetivas: Extensões Jurídicas Carla Suzana de Sá Campos Canavezzi	13
O Direito Como Pilar Fundamental na Luta Contra a Fome e Seus Impactos Na Saúdeda Sociedade Brasileira: desnutrição infantil e obesidade Davi da Silva dos Santos	15
Denúncia Genérica nos Crimes de Colarinho Branco e o Princípio da Individualização da Conduta Diogo Bispo dos Santos	16
Soberania Econômica e a Privatização da Petrobrás: uma análise frente ao neoliberalismo Gabriel de Castro Pere	18
A Relativização da Liberdade de Expressão dos Parlamentares Enquanto Direito Humano e Fundamental no Estado Democrático de Direito: um estudo de caso Heloísa Fernandes dos Santos Silva	19
A Responsabilidade Civil dos Influenciadores Digitais em Relação ao Consumo: uma análise acerca da divulgação de produtos e serviços através dos meios digitais Jade Kaira Pires	20

Compartilhamento da Custódia dos Animais de Estimação nos Casos de Dissolução do Casamento Jéssica Aparecida dos Santos	21
A Classificação e Validade dos Contratos de BDSM na Perspectiva do Direito Contratual Brasileiro Jonathan da Silva Mesquita	22
Compliance e as Ferramentas KYC, KYP e KYE Como Mecanismo para Prevenção à Lavagem de Dinheiro nas Instituições Financeiras Brasileiras Julia Schaefer de Miranda Pinto	23
Serial Killer: a lacuna da legislação penal brasileira Letícia Macena Bertolini	24
A Situação dos Deslocados Ambientais: O impacto na proteção do direito à moradia Lídia lida Nascimento	25
A Tipificação dos Crimes Cibernéticos no Brasil Nícolas Oliveira Araujo	26
Relação Entre o Direito e a Guerra na Seara da Comunidade Internacional Rafael Puente Rezende	27
Conflitos em Direito de Família: a constelação familiar como método de mitigação das condutas caracterizadoras de alienação parental e sua síndrome Raquel Alter de Menezes	28
Os Impactos da Lei Nº 14.443 De 2022 (Lei da Laqueadura e Vasectomia) no Planejamento Familiar Sara Teles da Silva	29
(Im)penhorabilidade de Criptoativos no Processo de Execução Victoria Redorat Zanei	30

SOBRE O EVENTO

O Salão de Iniciação Científica (SIC) do Curso de Direito da Strong Business School, é promovido pela Faculdade de Direito e pela Direção da IES e representa um espaço de socialização de atividades de pesquisa envolvendo estudantes da graduação e professores/pesquisadores de diferentes universidades e instituições de pesquisa locais e regionais.

FICHA TÉCNICA

Realização
STRONG Business School

Comissão Organizadora
Sergio Tadeu Ribeiro
Eduardo Becker
Marcos Frabetti.
Gabrielle Kölling

Realização
STRONG Business School
Realizado no dia 13 de abril de 2023,
na STRONG Business School, Santo André,
São Paulo, Brasil

Equipe Técnica
Gabrielle Kölling
Mônica Monteiro

Editoração dos Anais
Gabrielle Kölling
Mônica Monteiro

Informações
marketing@strong.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Salão de Iniciação Científica (1. : 2023 :
Santo André, SP)
Anais do I Salão de Iniciação Científica
(SIC) do Curso de Direito - 2023 [livro
eletrônico] / organização Strong Business
School. -- 1. ed. -- Santo André, SP :
Centro de Ensino Superior Strong, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87242-05-7

1. Direito - Brasil - Miscelânea 2. Estudos
científicos 3. Pesquisa científica I. Strong
Business School. II. Título.

23-153569

CDD-378.155

Índices para catálogo sistemático:

1. Iniciação científica : Ensino superior 378.155

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Diretor Executivo

Sergio Tadeu Ribeiro

Diretor Unidades ABC

Gustavo Melo Machado

Diretor Unidades Alphaville e Osasco

Eduardo B. S. Vieira

Diretor de Operações

Nilson Cortez Junior

Diretora da Área Internacional

Thelma de Almeida Ribeiro

Diretor da STRONG ESAGS

Eduardo H. Becker Degl'iesposti

PROGRAMAÇÃO GERAL

13 de abril | quinta-feira

08h – 08h30 | Abertura

08h30- 11h30 | Apresentação dos Trabalhos – Auditório

1) Apresentadora: ANA BEATRIZ LOURENÇO SILVESTRE

Título: ASPECTOS EXPLORATÓRIOS DO TELETRABALHO E HOME OFFICE SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO DO TRABALHO: ampliação do meio ambiente do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador

2) Apresentadora: ANA CLARA REOLON MAAROUF

Título: A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA SOB A LUZ DOS DIREITOS AUTORAIS

3) Apresentadora: BIANCA MARCHI

Título: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR: a discricionariedade judicial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o poder normativo da ANS

4) Apresentadora: CARLA SUZANA DE SÁ CAMPOS CANAVEZZI

Título: UNIÕES POLIAFETIVAS: extensões jurídicas

5) Apresentador: DAVI DA SILVA DOS SANTOS

Título: O DIREITO COMO PILAR FUNDAMENTAL NA LUTA CONTRA A FOME E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA SOCIEDADE BRASILEIRA: desnutrição infantil e obesidade

6) Apresentador: DIOGO BISPO DOS SANTOS

Título: DENÚNCIA GENÉRICA NOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO E O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA

7) Apresentador: GABRIEL DE CASTRO PERES

Título: SOBERANIA ECONÔMICA E A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS: uma análise frente ao Neoliberalismo

8) Apresentadora: HELOÍSA FERNANDES DOS SANTOS SILVA

Título: A RELATIVIZAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS PARLAMENTARES ENQUANTO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: um estudo de caso

9) Apresentadora: JADE KAIRA PIRES

Título: A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS EM RELAÇÃO AO CONSUMO: uma análise acerca da divulgação de produtos e serviços através dos meios digitais

10) Apresentadora: JÉSSICA APARECIDA DOS SANTOS

Título: COMPARTILHAMENTO DA CUSTÓDIA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NOS CASOS DE DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO

11) Apresentador: JONATHAN DA SILVA MESQUITA

Título: A CLASSIFICAÇÃO E VALIDADE DOS CONTRATOS DE BDSM NA PERSPECTIVA DO DIREITO CONTRATUAL BRASILEIRO

12) Apresentadora: JULIA SCHAEFER DE MIRANDA PINTO

Título: COMPLIANCE E AS FERRAMENTAS KYC, KYP E KYE COMO MECANISMO PARA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

13) Apresentadora: LETÍCIA MACENA BERTOLINI

Título: SERIAL KILLER: a lacuna da legislação penal brasileira

14) Apresentadora: LÍDIA IIDA NASCIMENTO

Título: A SITUAÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS: O impacto na proteção do direito à moradia

15) Apresentador: NÍCOLAS OLIVEIRA ARAUJO

Título: A TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL

16) Apresentador: RAFAEL PUENTE REZENDE

Título: RELAÇÃO ENTRE O DIREITO E A GUERRA NA SEARA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

17) Apresentador: RAQUEL ALTER DE MENEZES

Título: CONFLITOS EM DIREITO DE FAMÍLIA: a constelação familiar como método de mitigação das condutas caracterizadoras de alienação parental e sua síndrome

18) Apresentadora: SARA TELES DA SILVA

Título: OS IMPACTOS DA LEI Nº 14.443 DE 2022 (LEI DA LAQUEADURA E VASECTOMIA) NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

19) Apresentadora: VICTORIA REDORAT ZANEI

Título: (IM)PENHORABILIDADE DE CRIPTOATIVOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Iniciação Científica busca proporcionar ao aluno, orientado por um professor/pesquisador, a aprendizagem de métodos e técnicas de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, inclusive no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso. Em sua 1ª edição, o Salão de Iniciação Científica ocorreu no formato presencial.

Durante as apresentações dos trabalhos, contamos com a preciosa colaboração dos professores do Curso de Direito, dentre os quais os Professores David Pimentel Barbosa de Siena, Gabrielle Jacobi Kölling, Jonathan Hernandez Marcantonio, Marco Antonio Frabetti, Sandra Sueli Nunes Ferreira, Solange Cristina da Silva e Tarso Menezes Melo.

Título: **ASPECTOS EXPLORATÓRIOS DO TELETRABALHO E HOME OFFICE SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO DO TRABALHO: ampliação do meio ambiente do trabalho e seus impactos na saúde do trabalhador**

Apresentadora:

Ana Beatriz Lourenço Silvestre

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

É sabido que ascensão recente das tecnologias de comunicação em rede viabilizou o desenvolvimento de determinados ramos e categorias do trabalho, a serem realizados de forma remota, bem como o teletrabalho e o home-office. Possibilitando que mudanças legislativas no Brasil e no mundo ocorressem em razão da crise econômica e sanitária nos anos de 2019 e 2020, a partir da descoberta de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) ocasionada pelo COVID-19, que trouxe consigo contemporâneas formas de trabalho. Bem como, impactos em direitos fundamentais, sociais e trabalhistas, e esse trabalho irá investigar as mudanças recentes sobre o assunto, bem como a Reforma da Previdência em 2017 e seus desdobramentos nas relações de trabalho a distância, assim como a preocupante ampliação do meio ambiente do trabalho, demonstrando significativos estudos e análises para que tal fenômeno consiga se alinhar com os princípios e valores constitucionais, dentro do instituto do nosso ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: trabalho; home-office; teletrabalho; saúde.

Título: **A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA SOB A LUZ DOS DIREITOS AUTORAIS**

Apresentadora:

Ana Clara Reolon Maarouf

Filiação Institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Endereço: Av. João Pessoa, 80 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, 90040-000.

Resumo:

O presente trabalho se insere no contexto dos avanços no setor da inteligência artificial, que conquista espaço no dia a dia em razão de promover, dentre outros feitos, a otimização de tarefas e o aumento da produtividade. Nesse cenário, o enfoque do tema centra-se em modelos de IA que tem a capacidade de produzir conteúdos passíveis de proteção pela Propriedade Intelectual. A temática de estudo apresentada se refere aos reflexos jurídicos trazidos pela utilização de mecanismos de IA no âmbito do Direito Civil, mais especificamente no que tange aos Direitos Autorais, previstos pela Lei no 9.610/98. Os mecanismos de inteligência artificial generativa, por utilizarem um modelo de deep learning e por se valerem de um conjunto massivo de dados (big data), causam preocupação no que tange à observância de direitos e deveres previstos na Lei no 9.610/98. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é demonstrar quais os debates que podem surgir da utilização de inteligência artificial no que diz respeito aos direitos autorais. Em um segundo plano, a partir da análise dos mecanismos existentes no ordenamento jurídico, tanto no âmbito nacional como internacional, busca-se também verificar se o quadro jurídico no estado em que se encontra oferece respaldo jurídico aos problemas suscitados. Para a investigação, utilizou-se do método dedutivo, a partir de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, além do estudo de casos concretos. Como resultado, foi verificado que a utilização de mecanismos de inteligência artificial, a partir da análise da Lei no 9.610/98, implica em debates sobre dois problemas evidenciados – quais sejam, (i) a imputação de responsabilidade por eventual violação dos direitos autorais sobre obras que são utilizadas para alimentar a base de dados da IA; e (ii) a atribuição da titularidade dos direitos autorais pelas obras geradas pelo mecanismo dotado de IA. Ademais, restou evidente que a Lei no 9.610 não confere soluções aos questionamentos levantados tanto nas hipóteses de se identificar o titular dos direitos autorais sobre a obra gerada pela IA, quanto nas hipóteses de haver violação aos direitos autorais, em razão da utilização de obras protegidas pela referida legislação sem o devido consentimento do titular para o treinamento de sistemas de IA.

Palavras-chave: inteligência artificial; direitos autorais; danos; responsabilidade civil.

Título: **JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR: a discricionariedade judicial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o poder normativo da ANS**

Apresentadora:

Bianca Marchi

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

A Constituição Federal de 1988 traz um rol de direitos fundamentais que devem ser garantidos pelo Estado, precisamente em relação ao direito à saúde, prevê a possibilidade da assistência a saúde ser prestada pela iniciativa privada, estando sujeita ao controle, fiscalização e regulamentação do Estado. Em vista disso, a Lei n. 9.961 de 28 de janeiro de 2000 cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), restando a ela, a regulamentação do setor de saúde suplementar. Nesse sentido, a principal competência da ANS é a elaboração do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que traz a relação de coberturas mínimas que devem ser atendidas, além de diretrizes de utilização. No entanto, ainda que a ANS elabore e revise constantemente o mencionado rol, mesmo somado as estipulações contratuais entre as partes, não se mostra suficiente, diante da massificação de pleitos judiciais de consumidores que buscam cobertura fora da previsão do rol, e ainda, com expressa exclusão contratual, resultando na chamada “judicialização da saúde suplementar”. Sendo, inclusive, notória a não observância do poder normativo da ANS nas decisões judiciais. Assim, este trabalho pretende analisar se a discricionariedade judicial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ao proferir decisões em desacordo com o rol fere o poder normativo da ANS. Nessa toada, como objetivos específicos: pretende-se observar o direito fundamental à saúde como dever do Estado; estudar o contexto da saúde suplementar no Brasil, com foco no papel da ANS no setor; e, por fim, analisar o fenômeno da judicialização da saúde, com base na discricionariedade judicial no âmbito do TJSP. Para construção desta monografia acadêmica será utilizada a pesquisa descritiva, com base nos métodos de revisão bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso, pela análise de julgados de 1ª e 2ª instância do Tribunal de Justiça de São Paulo de 2021 a 2023. No que tange a coleta de dados, se dará a partir de pesquisa bibliográfica, levantados através de literatura jurídica e pelas plataformas Google Acadêmico e SciELO, além de consulta avançada de jurisprudência no site do TJSP. É de suma importância analisar se o deferimento de pleitos contrários ao rol de procedimentos está influenciando no poder normativo da ANS, uma vez que

pode afetar diretamente no equilíbrio do mercado, sendo de interesse tanto para as operadoras de planos de saúde, quanto para os próprios consumidores. Assim, o presente trabalho tornou possível concluir que a prestação de serviços de saúde pelo setor privado é na realidade mitigada, em razão de que esta deve ser desenvolvida em conformidade com o interesse público, e sob a fiscalização, incentivo e planejamento do Estado. No entanto, embora seja assegurado o controle externo pelo Poder Público, este deve ser exercido desde que não se intrometa na competência dos entes reguladores, diante da vedação de juízo de mérito, para preservar a autonomia e independência das Agências Reguladoras.

Palavras-chave: saúde; suplementar; regulamentação; judicialização; discricionariedade.

Título: **UNIÕES POLIAFETIVAS: extensões jurídicas**

Apresentadora:

Carla Suzana de Sá Campos Canavezzi

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

A família representa a união entre pessoas que possuem laços sanguíneos, laços por convivência ou ainda baseados no afeto. A Constituição Federal de 1988 reconhece a família como base da sociedade e garante a igualdade de direitos entre suas formas. Na atualidade, temos sete modalidades de família, quais sejam: (i) família tradicional ou nuclear (formada por pai, mãe e filhos biológicos ou adotivos), (ii) família monoparental (formada por apenas um dos pais e seus filhos), (iii) família homoafetiva (formada por casais do mesmo sexo, que possuem os mesmos direitos e deveres que as demais famílias), (iv) família reconstituída (formada a partir de um novo relacionamento de um ou ambos os pais, em que há filhos de outros relacionamentos anteriores), (v) família anaparental (aquela em que os filhos são criados por parentes, como avôs, que assumem a responsabilidade pela criação e educação dos mesmos), (vi) família socioafetiva (formada a partir de laços afetivos, independentemente de laços biológicos ou legais), e (vii) família unipessoal (cumprem uma função jurídica importante por se tratarem de pessoas que vivem sozinhas - pessoas solteiras, viúvas ou separadas - e recebem amparo legal). As uniões poliafetivas, embora não sejam uma modalidade de relação nova, nos dias atuais tem encontrado número crescente de adeptos ao redor do mundo. A temática ainda não possui apreciação pelo ordenamento jurídico pátrio em virtude da omissão do legislador em tutelar os efeitos decorrentes dos referidos relacionamentos amorosos, que sendo uma realidade social sofre de preconceito e condenação dos não adeptos. O presente trabalho busca estudar e analisar a possibilidade de reconhecimento das uniões poliafetivas como entidades familiares perante o ordenamento jurídico brasileiro, para então, analisar e verificar efeitos decorrentes de direito causa mortis. A condição do consorte sobrevivente, como herdeiro, depende de ser herdeiro, em concorrência com os descendentes, em casos de patrimônio exclusivo do de cujos; ao concorrer com os ascendentes, onde isso não é necessário e quando puder ser herdeiro sozinho (ou com outro consorte). Para isso, os princípios constitucionais foram analisados no contexto de direito das famílias, assim como a possibilidade da diversidade de entidades familiares na história contemporânea. Para melhor aprofundamento do tema, ainda foram analisados os aspectos constitutivos das uniões poliafetivas, com o objetivo de identificar seu surgimento e a possibilidade de reconhecimento jurídico como entidade familiar. Para o presente estudo realizou-se análise de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. Verificou-se que, tendo em

vista as previsões constitucionais inclusivas, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental previsto pelo direito internacional e basilar ao ordenamento jurídico pátrio, e ainda considerando o caráter personalíssimo dos relacionamentos amorosos poliafetivos, pressupõe-se a necessidade de validação deste tipo de relação. No Brasil há três correntes prioritárias para casos de união poliafetiva. A primeira, com fundamento nos deveres de fidelidade ou de lealdade, bem como no princípio da monogamia, nega peremptoriamente o reconhecimento de qualquer dos relacionamentos concomitantes. A segunda, adotada pela grande maioria dos doutrinadores, fundamenta-se na boa-fé e no emprego da analogia concernente ao casamento putativo, no sentido de que se um dos parceiros estiver convicto de que integra uma entidade familiar conforme os ditames legais, sem o conhecimento de que o outro é casado ou mantém união diversa, subsistirão – para o companheiro de boa-fé – os efeitos assegurados por lei à caracterização da união estável, sem prejuízo dos danos morais. Já a terceira, admite como entidades familiares quaisquer uniões paralelas, independentemente da boa-fé, deixando de considerar o dever de fidelidade como requisito essencial à caracterização da união estável. Estendendo, ainda, com isso, a regularização dos efeitos patrimoniais decorrentes, em especial neste estudo o que inclui a verificação da corrente mais adequada, a tratativa jurídica dos direitos decorrentes da causa mortis. A partilha patrimonial precisa ser justa. E, no caso de omissão de regime de comunhão de bens, o presente trabalho, a partir da análise das correntes presentes no Brasil, buscará verificar a mais adequada.

Palavras-chave: Relação Poliafetiva; Direito das Famílias; Direito Sucessório; Poliafetividade; Reconhecimento Jurídico.

Título: **O DIREITO COMO PILAR FUNDAMENTAL NA LUTA CONTRA A FOME E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA SOCIEDADE BRASILEIRA: desnutrição infantil e obesidade**

Apresentador:

Davi da Silva dos Santos

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

O direito à alimentação adequada é um direito humano fundamental reconhecido internacionalmente. Isso significa que todas as pessoas têm direito a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às suas necessidades nutricionais e culturais. O direito à alimentação adequada não se limita apenas a ter acesso a alimentos suficientes, mas também envolve acesso a água potável, condições sanitárias adequadas e informação nutricional. Para garantir o direito à alimentação adequada, é necessário investir na promoção de políticas públicas que possibilitem o acesso aos alimentos e a condições de vida dignas. Isso inclui medidas para combater a pobreza e a desigualdade, a criação de programas de alimentação escolar, a promoção da agricultura familiar e do comércio justo, e o incentivo à alimentação saudável. Além disso, é necessário garantir a proteção dos direitos humanos em situações de crises humanitárias e garantir o acesso à ajuda humanitária. A desnutrição infantil e a obesidade são problemas graves de saúde pública no Brasil e em todo o mundo e são decorrentes à princípio da falta da alimentação adequada, quando tratamos sobre a obesidade por exemplo a alimentação inadequada corresponde a 80% dos casos e o fator genético corresponde a 20%. A desnutrição infantil ocorre quando uma criança não recebe nutrientes adequados para crescer e se desenvolver de forma saudável, o que pode levar a atrasos no crescimento, falta de peso e outros problemas de saúde. Já a obesidade infantil é quando uma criança tem excesso de peso, resultado do consumo excessivo de calorias e falta de atividade física. Ambos os problemas têm causas multifatoriais, incluindo acesso limitado a alimentos saudáveis, falta de conhecimento nutricional e mudanças nos hábitos alimentares. A desnutrição infantil e a obesidade podem ter graves consequências a longo prazo, incluindo um maior risco de doenças crônicas, como diabetes tipo 2, doenças cardíacas e câncer. É importante investir em programas de prevenção e tratamento para reduzir o impacto desses problemas na saúde da população jovem. Em resumo, o direito à alimentação adequada é um direito humano fundamental que deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente da sua condição socioeconômica ou localização geográfica. A garantia desse direito requer iniciativas direcionadas que possibilitem o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, e a proteção dos direitos humanos em todas as circunstâncias.

Palavras-chave: fome; saúde; desnutrição infantil; obesidade.

RESUMOS

Título: **DENÚNCIA GENÉRICA NOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO E O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA**

Apresentador:

Diogo Bispo dos Santos

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

A denúncia genérica nos crimes de colarinho branco é uma prática comum, onde o acusado é acusado de forma generalizada sem que seja especificado qual foi a conduta praticada. Isso viola o princípio da individualização da conduta, que exige que a acusação seja clara e precisa para que o réu possa exercer sua defesa de forma adequada. No contexto dos crimes de colarinho branco, essa prática se torna ainda mais problemática, já que esses crimes geralmente envolvem uma série de condutas complexas e interligadas. Dessa forma, é fundamental que a denúncia descreva detalhadamente cada uma das condutas atribuídas ao acusado, a fim de permitir que ele possa se defender adequadamente. Caso contrário, pode haver violação do princípio da ampla defesa e do devido processo legal. A denúncia genérica é uma prática ilegal que pode acontecer em determinados processos criminais, especialmente no que diz respeito ao crime de colarinho branco, que envolve diversas nuances e complexidades. Essa prática se resume a apresentar apenas a acusação sem descrever de forma clara e precisa a conduta a ser investigada. A prática da denúncia genérica é uma violação dos princípios da ampla defesa e do devido processo legal, pois impede que o acusado possa exercer o direito de se defender e de responder as acusações de forma adequada. A falta de especificação das condutas faz com que o acusado fique sem saber ao certo do que está sendo acusado, o que prejudica o seu direito ao contraditório e à ampla defesa. Nos casos de crimes de colarinho branco, que geralmente envolvem uma série de condutas complexas e interligadas, a denúncia genérica é ainda mais problemática. Nesses casos, é importante que a acusação descreva detalhadamente cada uma das condutas atribuídas ao acusado, para permitir que ele possa se defender e esclarecer os fatos de forma adequada, garantindo a sua justa defesa. O princípio da individualização da conduta é fundamental nesse contexto, pois exige que a acusação seja clara e precisa, apresentando de forma detalhada a conduta praticada pelo acusado. Esse princípio também exige que o julgamento leve em consideração a particularidade de cada caso, analisando as circunstâncias que envolvem a conduta e as motivações do acusado. Assim, a denúncia genérica em crimes de colarinho branco é uma prática ilegal que pode violar diversos princípios constitucionais, prejudicando o direito à ampla defesa e ao devido processo legal do acusado. Por isso, é importante que todos os envolvidos no processo estejam atentos a essa prática e lutem para que as

acusações sejam sempre claras e precisas, possibilitando a defesa justa e adequada de todos os envolvidos. A denúncia é um instituto jurídico que consiste na comunicação, de forma escrita, à autoridade competente sobre a ocorrência de um crime. A denúncia é regulamentada pelo Código de Processo Penal, que apresenta os requisitos necessários para que ela seja aceita e considerada válida. Entre os requisitos da denúncia, destacam-se: 1. A descrição detalhada do fato criminoso, incluindo o local, data e circunstâncias em que ocorreu; 2. A qualificação do acusado, com nome completo, filiação, profissão, estado civil, entre outras informações; 3. A tipificação do suposto delito, com base na lei penal aplicável; 4. As provas que fundamentam a acusação, bem como a indicação das testemunhas que serão ouvidas no processo. Além disso, é importante destacar que a denúncia deve ser clara e objetiva, para garantir que o acusado tenha pleno conhecimento das acusações que lhe são imputadas, possibilitando assim que ele apresente sua defesa. No que diz respeito aos crimes de colarinho branco, a denúncia ganha ainda mais importância, pois nesses casos as condutas normalmente envolvem uma grande complexidade. Caso a denúncia seja genérica, omitindo-se informações importantes, a defesa do acusado pode ser prejudicada, pois ele não terá acesso a todos os elementos necessários para rebater as acusações. Por essa razão, a denúncia genérica no contexto dos crimes de colarinho branco é bastante criticada pelos juristas, uma vez que não apresenta de forma clara e precisa a conduta atribuída ao acusado, cerceando o seu direito à ampla defesa e ao contraditório. O Código de Processo Penal prevê a possibilidade de a defesa arguir a nulidade da denúncia, caso ela não preencha os requisitos necessários. Assim, a denúncia genérica em crimes de colarinho branco pode ser contestada pela defesa do acusado, porta de entrada para que se exerça o direito à ampla defesa.

Palavras-chave: processo penal; denúncia genérica; ampla defesa.

Título: **SOBERANIA ECONÔMICA E A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS: uma análise frente ao neoliberalismo**

Apresentador:

Gabriel de Castro Peres (bolsista PROUNI)

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Em meados dos anos de 1980 e 1990, o Brasil, com uma verdadeira crise da dívida externa, uma grande influência do neoliberalismo das políticas promovidas pelo Governo Federal da época, e a crise de financiamento do Estado, a política industrial autônoma e soberana promovida pelo Estado Brasileiro até então teve que ser abandonada, para que nós fôssemos admitidos em uma nova ordem econômica mundial da globalização neoliberal. Porém, dado as causas anteriormente mencionadas, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram adotadas medidas de desmonte dessas empresas estatais, buscando cortar os investimentos dirigidos a elas, e desestruturar suas finanças, justificando assim suas privatizações. O que ocorreu foi a regressão de políticas industriais para meras políticas de exportação de produtos primários, aproveitando-se dos elevados preços internacionais dessas commodities. Com preços internacionais favoráveis, o Brasil baseou-se seu processo de crescimento na primarização, ou ainda a reprimarização do seu mercado, a fim de se enquadrar nos ditames do mercado neoliberal das grandes potências mundiais. Assim, busca-se analisar a referida privatização, a influência que ela teve do neoliberalismo, e o resultado que essa influência teve frente a soberania econômica do Brasil perante os mercados. Objetiva-se, de maneira mais específica, entender o conceito de soberania econômica, analisar a teoria neoliberal, e a luz desses conceitos, estudar a privatização da Petrobrás.

Palavras-chave: soberania; privatização; neoliberalismo; economia; globalização.

Título: **A RELATIVIZAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS PARLAMENTARES ENQUANTO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: um estudo de caso**

Apresentadora:

Heloísa Fernandes dos Santos Silva

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Os limites do exercício da liberdade enquanto direito humano e fundamental são imprescindíveis para que as práticas democráticas sejam plenas e efetivas em uma sociedade com direitos comuns a todos e definidos coletivamente com base na lei. A liberdade é um direito fundamental de todo indivíduo, sendo este um pilar do Estado Democrático de Direito com respaldo legal na Constituição Federal, ou seja, o direito à liberdade é uma garantia constitucional. O regime político traçado na constituição brasileira de 1988 funda-se no princípio democrático, sendo um princípio basilar que propicia o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. A Democracia estrutura-se, basicamente, no governo do povo e na garantia jurídica dos direitos fundamentais, dentre eles, a liberdade. Logo, é comum a associação de Democracia e liberdade como dois lados de uma mesma moeda, em que, os limites necessários ao exercício da liberdade de expressão, tornam-se inobservados em razão da associação supracitada. Como consequência, parlamentares relativizam o exercício do direito à liberdade, uma vez que gozam da imunidade concedida em razão da garantia a independência do poder legislativo, propagando, desta forma, discursos e condutas de ódio. Assim, este trabalho pretende abordar e analisar a interdependência entre os direitos fundamentais, partindo do pressuposto de que o direito à liberdade deve ser refreado a partir do momento em que viola ou entra em conflito com outro direito fundamental, bem como, quando coloca em risco a Democracia. Propõe-se, assim, estudar e apresentar uma análise de casos fáticos envolvendo parlamentares. Este trabalho pretende demonstrar que, embora o direito à liberdade outorgue autonomia aos indivíduos dentro do Estado Democrático de Direito a fim de restringir arbitrariedades estatais, não se trata de um direito absoluto, visto que todo direito constitucional possui um limite. Com a quantidade exacerbada de atos de ódio, é indispensável a reflexão quanto aos limites da liberdade para evitar o abuso de tal direito, que resulta na relativização e normalização de atos que colocam em risco a sociedade e a Democracia.

Palavras-chave: direito fundamental; Estado Democrático de Direito; liberdade de expressão; democracia.

Título: **A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS EM RELAÇÃO AO CONSUMO: uma análise acerca da divulgação de produtos e serviços através dos meios digitais**

Apresentadora:

Jade Kaira Pires

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Com o grande avanço tecnológico vivenciado, foi possibilitado novas formas de comunicação, como por exemplo através das mídias sociais, que também passou a ser um meio de divulgação de produtos e serviços através de um terceiro conhecido como “influenciador digital” que possui alto poder persuasivo em suas redes sociais, principalmente no Instagram. No entanto, esta profissão não tem regulamentação específica, devendo ser observados os preceitos constitucionais e o CDC em relação aos consumidores, visto que os influenciadores assumem uma posição de garantidores em face dos produtos e serviços indicados. O futuro trabalho de conclusão de curso possui como objetivos gerais analisar os influenciadores digitais, sobre o recorte da responsabilidade civil em face da publicidade ilícita, ou seja, analisar a prática de atividades publicitárias exercidas por influenciadores digitais no âmbito do Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor tendo em vista os aspectos determinantes de sua legalidade, a influência sobre os seguidores, o alcance do seu anúncio e as questões legais resultantes. Ainda, podemos ressaltar como principais objetivos: identificar quem são os influenciadores digitais e como atuam; verificar e classificar a possibilidade de responsabilização civil de publicidades ilícitas nas redes sociais e por fim analisar a forma como estes podem ser responsabilizados pelos danos decorrentes. Assim, o presente artigo tem como objetivo abordar os diversos posicionamentos, de vários autores, em relação à temática apresentada. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, através de uma análise qualitativa de conteúdo, com método descritivo baseado em teses, monografias, doutrinas, outros artigos científicos de revistas, dentre diversos materiais pautados na temática tratada, os quais vão ser obtidos por meio de plataformas como: *Scielo* e Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações. Assim, com as pesquisas e leitura dos materiais colhidos, verificou-se que sob a ótica do instituto da responsabilidade civil, pode-se chegar à responsabilização dessa categoria pelos danos acarretados aos consumidores, quando estes vierem a indicar produtos ou serviços que venham a causar danos aos consumidores, ou quando não satisfaçam às expectativas destes, caracterizando assim publicidade enganosa e abusiva.

Palavras-chave: influenciador digital; publicidade; mídias sociais; relação de consumo; responsabilidade civil.

Título: **COMPARTILHAMENTO DA CUSTÓDIA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NOS CASOS DE DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO**

Apresentadora:

Jéssica Aparecida dos Santos

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

As famílias vêm sofrendo inúmeras mudanças nas suas relações, não somente na parte biológica, mas principalmente no vínculo afetivo. Muitas destas famílias optam pela não obtenção da prole, decidindo pela criação dos animais de estimação, que causam forte vínculo do ser humano com o animal e vice-versa. Diante da dissolução conjugal, os casais ficam na dúvida sobre a responsabilidade da guarda do animal, discussão que necessita ser vencida no âmbito jurídico e que será explorada adiante, demonstrando a importância da regulamentação da guarda dos animais de estimação para reduzir a insegurança jurídica nesta seara. Importante destacar, que não se trata de equiparar os animais aos filhos – seres humanos, mas reconhecer que os animais não devem receber o mesmo tratamento de coisas ou de objetos, mesmo quem defenda a permanência dos animais na categoria de coisas, deve compreender que são necessárias atualizações nos pontos de vista para um melhor ajuste dessa nova realidade das famílias. Afinal, o animal pode ser considerado um membro da família ou apenas um objeto partilhável na ocasião de divórcio/dissolução da união estável? Com efeito o presente artigo é voltado para um debate jurídico desde a antropologia, sendo conduzido pelos direitos dos animais, até os dias contemporâneos, com a dissolução das famílias multiespécie. Visando refletir sobre o status jurídico dos animais de estimação e como devem ser tratados diante da separação, demonstrar a aplicação da guarda destes animais, modalidades, e a importância de suprir a lacuna normativa existente, fazendo menção aos projetos de lei elaborados para resguardar a proteção e a convivência dos animais junto aos seus tutores.

Palavras-chave: direitos dos animais; personalidade jurídica; família multiespécie; vínculo afetivo; guarda dos animais de estimação.

RESUMOS

Título: **A CLASSIFICAÇÃO E VALIDADE DOS CONTRATOS DE BDSM NA PERSPECTIVA DO DIREITO CONTRATUAL BRASILEIRO**

Apresentador:

Jonathan da Silva Mesquita (bolsista PROUNI)

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Este trabalho abordou a classificação e validade dos contratos de BDSM sob a perspectiva do direito contratual brasileiro, bem como a relação desses contratos com a repersonalização das relações afetivas e o aumento do número de adeptos e locais destinados a essa prática. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, iniciando sua concepção a partir de artigos científicos nacionais e estrangeiros que abordam a temática para a contextualização do tema e depois se debruçando sobre a doutrina brasileira para compreender como os contratos de BDSM se enquadram ao direito civil pátrio. Também foram discutidos temas como a disposição do corpo, liberdade sexual, indisponibilidade do corpo e integridade física e dignidade da pessoa humana sob a ótica do direito civil.

Palavras-chave: BDSM; contratos; direito civil; liberdade sexual; dignidade da pessoa humana.

RESUMOS

Título: **COMPLIANCE E AS FERRAMENTAS KYC, KYP E KYE COMO MECANISMO PARA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS**

Apresentadora:

Julia Schaefer de Miranda Pinto

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510

Resumo:

De acordo com o Relatório Global de Fraude & Risco da Kroll (empresa referência em consultoria de riscos, investigação empresarial e cibersegurança) o Brasil é campeão quando diz respeito à Lavagem de Dinheiro. Com o constante desenvolvimento das tecnologias e das sociedades, é possível notar que a prática destes crimes se torna cada vez mais sofisticada. Sendo assim, com o aumento da prática desses crimes, se faz necessário medidas atuando na prevenção. A Resolução 4.595/17 emitida pelo CMN tem importância fundamental na prevenção desses delitos, visto que exige a implementação de políticas de conformidade e cultura de compliance adequadas ao perfil e porte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com ferramentas e políticas internas e externas com o intuito de monitorar o investidor e a origem do dinheiro investido. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral propor uma análise das ferramentas KYC, KYP e KYE (conheça seu cliente, conheça seu parceiro e conheça seu colaborador), e, específicos analisar as definições e métodos utilizados nas ferramentas; estudar os principais aspectos do crime de Lavagem de Dinheiro; Contextualizar a Lavagem de Dinheiro nas Instituições Financeiras, e, por fim, entender a atuação do Compliance nas Instituições Financeiras. Para tanto, será adotado o método de pesquisa qualitativa, que envolverá a coleta de dados primários e secundários. Os dados primários serão coletados por meio de entrevistas em profundidade com gestores de conformidade das corretoras de valores mobiliários selecionadas, com o objetivo de explorar suas experiências e opiniões sobre o uso das ferramentas KYC, KYP e KYE na prevenção da lavagem de dinheiro. As entrevistas serão gravadas e transcritas para análise posterior. Os dados secundários serão coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de identificar estudos e relatórios relevantes sobre a lavagem de dinheiro, o mercado financeiro brasileiro, e as ferramentas KYC, KYP e KYE.

Palavras-chave: lavagem de dinheiro; compliance; instituições financeiras.

RESUMOS

Título: **SERIAL KILLER: a lacuna da legislação penal brasileira**

Apresentadora:

Letícia Macena Bertolini

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business School – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Os *serial killers* são pessoas que cometem uma série de assassinatos dentro de um determinado espaço de tempo, por isso, são considerados indivíduos altamente perigosos para a sociedade e, também, extremamente frios e calculistas, e ótimos manipuladores, podendo render suas vítimas sem que elas ao menos saibam que suas vidas estão em grande perigo. A grande relevância desse tema se dá a partir do momento que a sociedade passa a ter que lidar com as consequências de crimes tão bárbaros como esses, sendo aterrorizada a cada dia por notícias de vítimas desses crimes. O objetivo geral do trabalho é o de estudar quem são os *serial killers* e analisar os seus comportamentos criminosos, ligando-os aos crimes previstos no Código Penal, as suas respectivas penas e, qual a forma correta de puni-los por esses crimes. O primeiro objetivo específico é analisar quem são os serial killers, de forma a explicar quais são os tipos de assassinatos em série existentes, como eles escolhem as suas vítimas e a forma com que eles operam, conhecido como *modus operandi*, que ocorre desde a escolha da vítima até o momento em que ele decide matá-la. O segundo objetivo específico é o de estudar o crime, conceituando e explicando as teorias aceitas e aplicadas pelo Direito Penal brasileiro, como a legislação penal brasileira é aplicada aos casos de serial killers e as medidas por ela usadas para que haja a proteção da sociedade em relação a esses criminosos. O terceiro e último objetivo específico consiste em analisar e conceituar a psicopatia e a forma como ela pode se encaixar nos quadros dos serial killers, conseqüentemente, demonstrar se uma infância e/ou adolescência perturbada pode corroborar para que esse indivíduo possa se tornar um serial killer. Como não há medidas especiais e nem formas estabelecidas sobre o tema, este deve ser discutido para que haja um aperfeiçoamento da legislação penal e, para que o bem jurídico, que é a vida, seja protegido, mediante a criação de medidas capazes de tutelar a vida e também de forma com que o serial killer possa ser tratado, não apresentando mais riscos para a sociedade e nem para ele mesmo. A fim de analisar os temas propostos, o presente trabalho se utilizará do método de pesquisa bibliográfica, utilizando para isso, livros e artigos científicos, com abordagem qualitativa e objetivo explicativo.

Palavras-chave: *serial killer*; legislação; psicopatia; penal; medidas.

Título: **A SITUAÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS: O impacto na proteção do direito à moradia**

Apresentadora:

Lídia Lida Nascimento (bolsista PROUNI)

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

A humanidade avançou utilizando da natureza e de seus recursos, mas os produtos criados neste período não trouxeram somente benefícios, mas riscos inerentes ao seu modelo de funcionamento, sendo que dentre estes, podemos verificar a constante interferência do homem na natureza, para suprir as demandas de consumo, mediante a concepção de recursos infinitos e inesgotáveis, contudo, essa perspectiva não condiz com a realidade dos fatos. Assim, esse modelo acarretou no aumento dos desastres ambientais, ocasionando no deslocamento dos indivíduos afetados do seu local de origem, posto isso é necessário analisar sob a ótica do Direito meios de fornecer estabilidade normativa para proteção dos direitos dos afetados, sobretudo, o direito à moradia, utilizando-se do direito dos desastres e da litigância climática. Diante do exposto, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar a situação dos deslocados ambientais, e como o direito dos desastres e a litigância climática podem auxiliar na proteção do direito à moradia desses indivíduos. Outrossim, possui como objetivos específicos os efeitos da escolha de expressões distintas, identificar os avanços da comunidade internacional e nacional, bem como as soluções apresentadas para a temática, e a reflexão quanto ao papel do direito dos desastres e da litigância climática na prevenção dos desastres ambientais e proteção dos direitos fundamentais, sobretudo o direito à moradia. Buscando analisar a temática proposta, este trabalho será pautado na pesquisa bibliográfica, fazendo o cotejo do tema proposto em livros, artigos e em revistas científicas, comparando tais fontes e analisando os temas que serão abordados no trabalho. Logo, justifica a importância do debate referente falta de reconhecimento e nomenclatura imprópria, e como a lacuna legislativa e ausência de acordos internacionais representam um risco aos direitos fundamentais desses indivíduos, dentre eles o direito à moradia, sendo que não se limita a estrutura física de habitação, mas engloba a saúde, bem-estar, entre outros itens necessários para condições dignas de existência desses indivíduos.

Palavras-chave: direito dos desastres; direito ambiental; desastres ambientais; mudanças climáticas; litigância climática; direito à moradia.

Título: **A TIPIIFICAÇÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL**

Apresentador:

Nícolas Oliveira Araujo

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Neste projeto, foi estabelecido como problemática, a tipificação adequada para os ilícitos penais virtuais. Dessa forma foi estabelecido como objetivo geral verificar as vertentes penais e protetivas, aplicáveis em cada tipo de crime para combater e diminuir tais ilícitos penais. Destarte, foi utilizado a metodologia de revisão de literatura, pesquisa descritiva e bibliográfica, portanto foi realizado o entendimento penal e doutrinário em relação às mudanças da legislação Brasileira sobre o tema e quais as principais normas aplicáveis para os casos que ocorrem no País. Para isso, serão utilizados artigos, sites, trabalhos acadêmicos, leis e doutrinas que remetem aos crimes digitais. Com exceção das leis, os conteúdos coletados são entre os anos de 2000 a 2023 no Brasil. O tema abordado, refere -se a constância de ilícitos que vem ocorrendo através de golpes virtuais, tendo como base aumento no índice de casos brasileiros. No cenário atual, há poucas leis para cada crime no setor virtual e baixa penalização. Portanto, este estudo mostra a profundidade de cada crime cibernético e a característica de cada um deles com base na necessidade da criação penal sobre a Lei Carolina Dieckmann e LGPD que por vez, tem como tentativa de minimizar a quantidade destes atos, junta a aprovação da Lei 14.155/2021 que tem como principal intuito alterar o tempo de sanção aos criminosos, o que era de apenas três meses a um ano, passou a ser de quatro anos até oito anos de reclusão.

Palavras-chave: Ilícitos penais; Legislação; Lei Carolina Dieckmann; LGPD - Lei geral de proteção de dados virtuais.

Título: **RELAÇÃO ENTRE O DIREITO E A GUERRA NA SEARA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

Apresentador:

Rafael Puente Rezende

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

A guerra é uma chaga que o homem carrega consigo pela eternidade, macula a história da humanidade desde a sua gênese, e provavelmente continuará a fazê-lo por éons. É a partir deste ponto que o presente trabalho traça o seu curso. Existe uma relação entre o Direito e a Guerra. Referida conexão é intrínseca, adeptos da Teoria do Contrato Social acreditam que o Estado e o Direito surgiram como uma solução para a Guerra de todos contra todos. Para mais, em uma definição redutora, pode-se concluir que todos os conflitos de interesse - principal escopo do Direito - são guerras em alguma escala ou forma, afinal, a Guerra nada mais é que um grande conflito de interesse. Com efeito, urge a necessidade de saber quanto a possibilidade de humanizar a Guerra. A Doutrina da Guerra Justa tenta pacificar esta questão, uma vez que coloca termo as arbitrariedades da Guerra, agora, é possível saber quais são as causas que legitimam uma guerra, a conduta a ser seguida pelos combatentes e, por fim, quais são as obrigações do lado vencedor uma vez que a última arma disparar. Nota as brilhantes cartas entre Einstein e Freud, nas quais foi questionado o sentido da Guerra, concluiu-se, resumidamente, que 1. Guerrear está no âmago do homem e 2. Como não é possível evitar a Guerra, deve-se controlá-la, o que pode ser feito apenas através do esforço conjunto de todos os Estados, quando estes abrirem mão de sua soberania em prol de uma organização internacional suprema e desvinculada, a qual regeria sobre a Guerra. No mais, faz uma análise sobre o papel da ONU nessa seara, tal organização que se assemelha tanto àquela idealizada por Einstein, e que ainda assim aparenta ser tão inepta quando em face à Guerra. Por fim, busca paralelos entre a legislação internacional e os fundamentos da doutrina de Hugo Grotius na Guerra Justa.

Palavras-chave: guerra; direito da guerra; guerra justa; ONU.

RESUMOS

Título: **CONFLITOS EM DIREITO DE FAMÍLIA: a constelação familiar como método de mitigação das condutas caracterizadoras de alienação parental e sua síndrome**

Apresentadora:

Raquel Alter de Menezes

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

O trabalho pretende analisar os conflitos em Direito de Família :A Constelação Familiar como método de mitigação das condutas caracterizadoras de alienação parental e sua síndrome. Entende-se que os meios alternativos são importantes porque podem ser mais eficazes e rápidos, além de promover uma comunicação mais efetiva entre as partes envolvidas. A mediação é um processo em que o terceiro imparcial ajuda as partes a encontrarem a solução para o conflito. Com objetivo que as partes dialoguem e cheguem a um acordo que seja benéfico para todos. Essa técnica já é usada em algumas varas de família. Embora não seja uma técnica específica para casos de alienação parental, pode ser usada como uma ferramenta útil nesses casos. Esse trabalho pretende analisar a alienação parental demonstrando que esse fenômeno ocorre quando um dos pais manipula a criança para que se afaste do outro genitor muitas vezes após o divórcio. Demonstrar como a constelação pode auxiliar os pais a compreenderem e resolverem os padrões disfuncionais que levaram a alienação parental, possibilitando que os pais visualizem a dinâmica familiar e identifiquem como suas próprias ações podem interferir para que seja alterada. Demonstrar que a alienação pode ter consequências graves para a saúde emocional e mental da criança, podendo levar a criança a ter sentimento de tristeza raiva isolamento social, além de problemas de relacionamento no futuro. O trabalho será realizado da pesquisa exploratória baseada em livros e legislações a respeito do tema. Serão apresentados o conceito histórico e a evolução da família no Brasil. Os principais conflitos no direito de família. Caracterização das condutas de alienação parental e a distinção da síndrome, os direitos da criança e adolescente enquanto titulares do direito fundamental, violação do direito com a alienação parental. Apresentar a técnica da Constelação familiar e sua aplicação no Direito de família. Este trabalho pretende demonstrar que a Constelação familiar pode ser uma técnica do método de mitigação das condutas caracterizadoras da alienação e sua síndrome. Método extrajudicial para uma tentativa de evitar a resolução de conflitos como alienação parental no Judiciário.

Palavras-chave: constelação familiar; alienação parental; relações familiares.

RESUMOS

Título: **OS IMPACTOS DA LEI Nº 14.443 DE 2022 (LEI DA LAQUEADURA E VASECTOMIA) NO PLANEJAMENTO FAMILIAR**

Apresentadora:

Sara Teles Da Silva (bolsista PROUNI)

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business Schools – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Os Direitos Reprodutivos são reconhecidos como direitos fundamentais e representam a faculdade dos indivíduos de escolherem, de forma livre, se querem ou não ter filhos, bem como o acesso às informações, métodos e técnicas existentes que possibilitam a decisão. Contudo neste se encontra o Direito ao Planejamento Familiar, visando garantir a decisão dos cidadãos em exercerem seus direitos reprodutivos. A Lei de Planejamento Familiar, apesar de ser voltada para autonomia da família, preceituada em princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana, ao tratar do tema de esterilização voluntária, se torna restritiva, taxando requisitos necessários para os cidadãos obterem procedimentos contraceptivos de esterilização voluntária. Pretendendo reparar a restrição, foi promulgada a Lei nº 14.443 de 2022, que altera a Lei de Planejamento Familiar para determinar prazo para oferecimento de métodos e técnicas contraceptivas e disciplinar condições para esterilização no âmbito do planejamento familiar. Sendo assim, o presente projeto tem como objetivo geral analisar as mudanças que ocorreram no planejamento familiar como direito fundamental, observando a sua evolução a um novo conceito de família com indivíduos que adquiriram a autonomia de seus corpos - especialmente indivíduos do gênero feminino - a partir das alterações que o texto da lei e o contexto social sofreram com o passar do tempo. Desse modo, os objetivos específicos são: estudar o contexto histórico e evolução dos direitos reprodutivos; observar o direito ao planejamento familiar e o novo conceito de família; analisar a Lei nº 14.443 de 2022 e seus impactos; estudar a evolução do Planejamento Familiar quanto ao princípio da autonomia, especificamente no gênero feminino. O presente projeto justifica-se tendo em vista que, a verificação da disponibilidade do Planejamento Familiar contribui para a apuração de sua efetividade quanto às necessidades do contexto social atual, bem como se estão sendo observados os princípios fundamentais de liberdade, autonomia e dignidade. Ademais, a Lei de Laqueadura e Vasectomia (Lei nº 14.443) contribui na diminuição da restrição da disponibilidade do direito no que tange a esterilização voluntária, auxiliando na oferta dos Direitos Reprodutivos e do Direito ao Planejamento Familiar conforme o disposto no texto constitucional.

Palavras-chave: direitos sexuais; direitos reprodutivos; planejamento familiar; dignidade humana.

Título: **(IM)PENHORABILIDADE DE CRIPTOATIVOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO**

Apresentadora:

Victoria Redorat Zanei

Filiação Institucional: Faculdade Strong Business School – Endereço: Av. Industrial, 1455 - Jardim, Santo André - SP, 09080-510.

Resumo:

Impactos e obstáculos que a penhora de criptoativos pode enfrentar, mais especificamente a moeda digital Bitcoin no ordenamento jurídico brasileiro. Em palavras mais simples, é uma espécie de moeda (como o real ou dólar), mas que não tem regulação por qualquer banco em todo o mundo. Bem como iremos analisar as decisões predominantes e mais relevantes acerca do tema, com base na legislação atual. Sendo assim, quais as dificuldades apresentadas para sua concretização, caso as criptomoedas sejam passíveis de penhora dentro do ordenamento jurídico brasileiro. O objetivo geral será analisar se as criptomoedas, dentro do sistema jurídico brasileiro, são passíveis de penhora, ainda que diante da ausência de regulamentação normativa específica sobre as transações com ela realizadas. E como objetivos específicos, iremos analisar a criptomoeda Bitcoin, bem como, seu funcionamento, conceitos e a tecnologia envolvida. Observar os requisitos e modalidades de execução no sistema jurídico brasileiro, assim como, eventuais meios alternativos de execução judicial. Estudar os julgados relevantes acerca do tema, fazendo uma análise das decisões predominantes e ligando a penhora de criptomoedas a legislação vigente e o Projeto de Lei nº 4.401/2021. Trabalho pautado na pesquisa bibliográfica e documental, com base em livros, artigos e revistas científicas.

Palavras-chave: criptomoedas; penhora; bitcoin; execução.